

Uma análise comparativa da política econômica do Brasil e da Argentina em tempos de crise: 1930-1945

Francisco Luiz Corsi

Professor de Economia Brasileira da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Resumo: O presente artigo analisa comparativamente as políticas econômicas adotadas por Brasil e Argentina no contexto da Grande Depressão dos Anos de 1930 e da II Guerra Mundial. Defendemos a proposição segundo a qual estas políticas foram condicionadas por diferentes projetos nacionais de desenvolvimento. Em um contexto de crise estrutural do capitalismo, enquanto a Revolução de 1930 abriu novas possibilidades de desenvolvimento para o Brasil, a vitória das forças conservadoras na Argentina contribuiu para acentuar a desaceleração do crescimento econômico.

1- Introdução:

O objeto do presente artigo é discutir as políticas econômicas e os projetos nacionais adotadas pelo Brasil e pela Argentina contexto da Depressão da década de 1930 e da II Guerra Mundial. As transformações estruturais da economia mundial em curso à época abriram para alguns países periféricos novas possibilidades de desenvolvimento. Nesse período, definiram-se, com temporalidades distintas e a partir de determinadas correlação de forças políticas e de bases sociais de sustentação do Estado, diferentes projetos visando à industrialização e a autonomia nacional, como, por exemplo, os projetos de Vargas e Perón¹.

A Grande Depressão teve forte impacto sobre a Argentina e o Brasil, encerrado uma fase no desenvolvimento desses países. O PIB argentino, entre 1929 e 1932, caiu 14,3%. O crescimento foi retomado em 1933. No Brasil, a crise, embora grave, foi aparentemente menos profunda. O PIB retrocedeu, entre 1929 e 1931, 8,2%. A economia brasileira voltaria a crescer um pouco antes, em 1932. Ambos os países sofreram com a queda dos preços dos produtos primários, com a fuga de capitais e com a quase total interrupção dos fluxos internacionais de capitais, o que acarretou forte desvalorização das suas moedas e crises cambiais (ABREU, 1999; GERCHUNOFF e LLACH, 2005).

A vida política argentina e brasileira não passaram incólumes pela crise, embora não seja possível estabelecer uma relação simplista entre as mudanças políticas e a crise internacional. Hipólito Yrigoyem da União Cívica Radical foi deposto por um golpe de Estado em setembro de 1930. A sua queda indica a enorme força do setor agropecuário e da chamada oligarquia diversificada, aliados ao capital estrangeiro, em particular ao britânico, que formavam o bloco hegemônico defensor de um projeto de inserção da Argentina como produtora de bens primários na economia mundial. A indústria deveria ocupar uma posição secundária na economia, dedicando-se ao processamento de matérias-primas nacionais (JORGE, 1975; ROMERO, 2006).

A crise colocou este projeto em questão devido à perda de dinamismo da economia exportadora e às transformações em curso na economia mundial, sendo a principal delas o aprofundamento da decadência inglesa e da ascensão dos EUA. Ao contrário do Brasil, a Argentina tinha dificuldade para ampliar as suas exportações para o novo centro do

¹ Projeto nacional não é compreendido aqui como um projeto que integra os interesses coletivos da nação, pois a sociedade é dividida em classes e o interesse nacional é percebido e definido a partir da posição de cada classe. São entendidos como projetos que distintos setores de classe têm para a nação (CORSI, 2000).

capitalismo, pois sua economia não era complementar à norte-americana e, além disso, enfrentava crescente protecionismo dos EUA. Porém, era uma grande importadora de bens de consumo duráveis e de bens de capital norte-americanos, incorrendo em déficits comerciais. O equilíbrio do comércio argentino era alcançado, sobretudo, pelos superávits comerciais obtidos com a Grã-Bretanha, grande importadora de bens primários, em especial das carnes resfriadas. A Argentina também se destacava como absorvedora de caudalosos fluxos de capitais britânicos tanto na forma de empréstimos quanto na de investimento diretos. A dependência argentina era patente em relação à Grã-Bretanha, apesar do crescimento da entrada de capitais dos EUA em sua economia a partir da década de 1920. Esta dependência condicionava vários aspectos da política argentina, sobretudo a política externa (FODOR e O' CONNEL, 1973).

O Brasil encontrava-se em uma situação inversa a da Argentina, pois estava diretamente vinculado a economia norte-americana, apresentava superávits comerciais em relação ao seu maior parceiro comercial e déficits com a Grã-Bretanha. Embora absorvesse empréstimos e investimentos de ambos os países, sendo que a maior parte do estoque da dívida externa coubesse aos credores britânicos, os EUA eram, já nos anos 1920, o maior provedor de capitais do Brasil, e isso reforçava a dependência em relação a esse país (ABREU, 1999).

As relações comerciais entre a Argentina, a Grã-Bretanha e os EUA caracterizavam-se por uma relação triangular, cujo equilíbrio a Grande Depressão colocava agora em xeque pelo avanço do protecionismo, pela redução dos fluxos de capitais, pela queda dos preços dos produtos primários e pelo fim da conversibilidade da libra em 1931(FODOR e O' CONNEL, 1973).

A crise aflorou os limites estruturais da economia agrária-exportadora, que já vinha apresentando sinais de esgotamento desde a década de 1920. Nos anos que se seguiram, uma das questões de fundo para a coalizão conservadora, a chamada Concórdância, era como se adaptar ao novo contexto e isso implicava em tentar reafirmar sua hegemonia em uma sociedade crescentemente polarizada e repensar o seu projeto para o país, sobretudo no que diz respeito à inserção internacional da Argentina em uma economia mundial em crise e em transformação. Foi a partir dessa nova situação, sob o comando dos conservadores, que os rumos da economia argentina seriam decididos (VILLANUEVA, 1972; RAPOPORT, 2000).

A Revolução de 1930 abriu novas possibilidades de desenvolvimento para o Brasil ao deslocar a oligarquia cafeeira da posição hegemônica e ao abrir uma crise de hegemonia na qual nenhum setor dominante tinha condições de firmar sua proeminência, o que propiciou maior autonomia ao Estado. A Revolução foi muito além de um rearranjo de setores das classes dominantes. Os anos iniciais da década de 1930 foram de grande instabilidade política e econômica, com diferentes projetos em luta. Não estava decidido ainda por quais caminhos

seguiria a economia brasileira. A vitória do projeto de Vargas, configurada na instauração do Estado Novo, não estava inscrita na revolução. Mesmo esse projeto era algo não muito definido nesse momento (FAUSTO, 1988; PANDOLFI, 2003).

Na Argentina, o controle do poder pelos grandes proprietários restringiu as opções de encaminhamento da crise. Os governos de José F. Uriburo e Augustín P. Justo adotaram, pelo menos inicialmente, políticas ortodoxas, enquanto o Brasil passou paulatinamente adotar uma abrangente política de enfrentamento da crise e depois um nítido programa de desenvolvimento.

2- As diferentes políticas econômicas de Brasil e Argentina: recuperação e industrialização

Em seus primeiros meses de governo, Vargas adotou uma política econômica de caráter ortodoxo. Contudo, o agravamento da situação econômica o obrigaria a mudar de rumo e aplicar medidas voltadas para a sustentação da atividade econômica. O governo Provisório estava sob forte pressão. De um lado, tinha que responder as pressões dos credores externos, que advogavam a adoção de uma política econômica ortodoxa. Vargas não poderia desprezar esses interesses, ainda mais que não havia previsão segura quanto à duração da crise e a uma possível “normalização” da situação. Ademais, esses interesses estavam articulados a burguesia cafeeira e a outros setores exportadores, que comungavam com o capital estrangeiro o projeto de um Brasil fundamentalmente agrário-exportador. A burguesia cafeeira não estava anulada politicamente, como ficaria claro nos eventos de 1932, e por isso tinha que ser levada em conta. Essas questões impediam uma ruptura com a ortodoxia em um contexto em que as alternativas não eram claras. De outro lado, tinha que responder aos interesses dos heterogêneos setores que apoiaram a Revolução. Oligarquias que cada vez mais se vinculavam ao mercado interno e, portanto, eram defensoras de políticas expansivas de crédito e do gasto público. Medidas que também interessavam a burguesia industrial que em pouco tempo deixou de ser oposição ao governo para tornar-se uma das forças de sua sustentação. Sustentar a expansão do mercado interno e, portanto, o emprego também passou a ser fundamental para responder aos anseios das classes médias e da classe trabalhadora. A política econômica buscava acomodar e responder, pelo menos parcialmente, a esses divergentes interesses e pressões (AURELIANO, 1981). As incongruências entre os discursos defendendo austeridade e as ações e as medidas expansivas de política econômica, como apontou Bastos (2010), precisam ser entendidas nesse contexto. Como em muitas outras situações, Vargas adotou uma postura pragmática diante desses problemas.

Neste contexto, Vargas rapidamente buscou alternativas para enfrentar a crise, embora tenha endossado as recomendações ortodoxas da missão financeira enviada pelos credores, sob o comando de Otto Neimeyer. De fundamental importância foi, como é amplamente conhecido, a nova política de defesa do café, que passou a basear-se, sobretudo, na ampliação do crédito interno para a compra e destruição de parte do excedente de produção. Os recorrentes déficits públicos, a política de expansão do crédito, os controles de câmbio e de importações e a larga emissão de moeda também foram importantes para a relativamente rápida recuperação da economia brasileira, que voltou a crescer com base nas atividades voltadas para o mercado interno, particularmente no setor industrial. A sustentação da atividade econômica associada à desvalorização da moeda e ao controle das operações cambiais, introduzido em 1931, contribuiu para a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento industrial, que se sustentou na indústria existente, que tinha passado, na década anterior, por um processo de relativa diversificação (CANO, 1985). A política de defesa do café, como mostrou Furtado (1982), não visava intencionalmente fomentar a indústria, mas ao contrário do que ele supôs essa política não respondia apenas aos interesses cafeeiros. Respondia também a interesses mais amplos. Esse conjunto de políticas foi adotado em nome do interesse nacional.

Na Argentina, o combate à crise foi condicionado pela reafirmação do predomínio da coligação conservadora. No país platino, não se observa, inicialmente, a adoção de um programa amplo de defesa da renda e do emprego semelhante à política de defesa do café. A política monetária foi ortodoxa. Entre 1929 e 1933, observa-se uma redução da oferta monetária de 14%, não obstante as emissões de 1931 e 1932. As taxas de juros aumentaram em plena crise. A elevação das taxas de juros reais foi substantiva, pois se verificou deflação no período. A política fiscal também foi restritiva. Houve corte de gastos e majoração de impostos. Os aumentos das tarifas aduaneiras em 1930 e 1932 não tinham por objetivo estimular a produção industrial interna, mas sim incrementar a arrecadação do Estado. Em 1931, foi introduzido o imposto sobre a renda com objetivo de ampliar a arrecadação e diminuir a dependência da receita pública em relação ao imposto de importação. Essas medidas somadas a diminuição de gastos acarretaram uma redução do déficit público em plena recessão. Como no Brasil, foram introduzidos, em 1931, controles de câmbio e importações, que seriam aperfeiçoados em 1933, pois a deterioração das contas externas não deixava alternativa. Essas medidas adotadas a partir desta data estimulariam a indústria, embora isso não fizesse parte dos planos do governo. Assim, o governo argentino levou a cabo uma política de equilíbrio orçamentário e monetário justamente no período mais agudo da crise. Política bem diversa da aplicada por Vargas (RAPOPORT, 2000).

Neste momento, a política econômica de Vargas não visava à industrialização.

Objetivava diversificar a economia, fomentando a agricultura e a indústria. Procurava superar a vulnerabilidade decorrente de uma economia dependente, em grande parte, de poucos produtos de exportação e, ao mesmo tempo, responder às inúmeras e contraditórias pressões a que o governo estava submetido. Todavia, algumas medidas aplicadas no período já indicavam uma mudança de postura no encaminhamento das questões econômicas e alterações na estratégia de desenvolvimento. Ao lado da centralização das decisões políticas e econômicas no âmbito do governo federal, cabe destacar pela sua importância e abrangência a introdução da legislação trabalhista, a criação dos sindicatos corporativos e a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a partir de 1930. Cabe também destacar: 1- A criação de órgãos de regulação e fomento de setores específicos, como por exemplo: Instituto do Açúcar e do Alcool, Conselho Federal de Comércio Exterior, Departamento de Produção Mineral etc; 2- O chamado reajustamento econômico, que perdoou 50% das dívidas dos proprietários rurais contraídas até 30 de junho de 1933; 3- A reforma tarifária de 1934 de cunho protecionista; 4- A proibição de importação de máquinas e equipamentos para os setores da indústria considerados em "superprodução", que abriu espaço para ampliar as importações de máquinas e equipamentos para alguns setores produtores de bens de capitais e bens intermediários; 5- A reforma educacional, em particular o incentivo ao desenvolvimento de cursos técnicos; 6- O Plano Geral de Viação Nacional de 1934, que tinha por objetivo expandir os meios de transporte para avançar na unificação do mercado interno 7- A nova postura em relação a dívida externa de resistir as pressões dos credores e adequar os pagamentos as reais condições do país; 8- A adoção de medidas de caráter nacionalistas, como os Códigos de Minas e Águas de 1934; 9- A ideia que começou a tomar corpo em meados da década de transformar o Brasil em potência regional (CORSI, 2000).

A política econômica desse período dificilmente pode ser considerada nítida manifestação de um projeto de desenvolvimento centrado na indústria. Os índices relativos à busca de novos rumos para economia brasileira são robustos, mas o projeto industrializante não estava maduro ainda. O projeto industrializante amadureceria ao longo do Estado Novo. À época, não existia um projeto prévio de industrialização. Este projeto foi sendo elaborado ao longo do período em pauta.

Enquanto o governo Vargas buscava alternativas, Urriburu e depois Justos reafirmavam a postura ortodoxa e seus compromissos com o projeto de uma Argentina agrária exportadora. O coroamento dessa postura foi o acordo Roca-Runciman assinado em 1933 em um contexto no qual a Inglaterra tinha acabado de firmar os acordos de Ottawa, que fechavam o mercado britânico aos produtos argentinos. Este fato exerceu forte pressão sobre o governo argentino, que acabou assinando um acordo desfavorável, pelo qual concedia "câmbio oficial [mais

valorizado] às importações inglesas até o montante equivalente ao que a Inglaterra lhe comprava, com tarifas menores em relação às praticadas para terceiros países" (CANO, 2000: 96); em contra partida assegurava o acesso das exportações agropecuárias argentinas no mercado britânico, só que em patamares baixos. A capacidade de pressão inglesa adivinha da grande dependência do comércio exterior argentino em relação à Grã-Bretanha. Este acordo favoreceu os produtores e frigoríficos argentinos, muitos dos quais eram controlados por empresas inglesas (RAPOPORT, 2000).

Neste aspecto, a política externa de Vargas também refletiu seu pragmatismo e os diferentes interesses de sua heterogênea base de sustentação política. De um lado, em um contexto internacional marcado pelo acirramento dos conflitos internacionais, no qual EUA, Grã-Bretanha e Alemanha disputavam espaço na América Latina, o Brasil também assinou, em 1935, com os EUA um tratado de comércio, fruto das pressões norte-americanas, que implicou em concessões. Este Tratado, baseado na cláusula de nação mais favorecida, era o típico acordo assimétrico assinado entre um país industrial e um país agrário exportador. Os EUA concederam o rebaixamento de tarifas para produtos como minério de manganês, mate, castanha etc. e a não taxaço do café, cacau, óleo de babaçu etc. Por seu turno, o Brasil reduziu ou manteve as tarifas de 34 produtos (automóveis, tintas, máquinas, cereais etc.). O governo brasileiro também se comprometeu em adotar uma política cambial mais liberal (MOURA, 1980).

De outro lado, em novembro de 1934, o Brasil firmou um acordo de comércio, com base em marcos de compensação, com a Alemanha. Este país tornou-se rapidamente o segundo parceiro comercial brasileiro, superando a Inglaterra e ameaçando a posição norte-americana de maior parceiro comercial do Brasil. Essa aproximação com a Alemanha foi fundamental para a política externa mais independente de Vargas. Enquanto isso a Argentina reforçava seus laços tradicionais com a Inglaterra, não explorando as novas possibilidades abertas naquela conjuntura, apesar da Alemanha ter buscado ampliar suas relações comerciais com o país platino (HILTON, 1977; CORSI, 2000).

O acordo com a Alemanha propiciou ao Brasil a possibilidade de ampliar as importações de bens de capital, pois os alemães estavam dispostos a trocar máquinas e equipamentos por matéria-prima, especialmente algodão. Em pouco tempo, eles se tornaram os maiores fornecedores de uma série de produtos manufaturados. Além disso, o próprio tratado com os EUA, apesar de ter sofrido forte oposição da burguesia industrial, possibilitava o acesso ao mercado norte-americano de bens de capital. Isto era importante, pois o avanço da industrialização dependia de importações em um quadro de parco desenvolvimento do setor de bens capital, baixa entrada de capitais e modesto desempenho exportador. O tratamento dado a

essa questão denota as diferenças do caráter da política econômica dos dois países. O Brasil oscilou entre as duas potências, mas sem alinhar-se a qualquer uma delas.

Enquanto o Brasil adotava uma política de “equidistância pragmática” entre as potências (MOURA, 1980), a Argentina imprimia uma política de reforço de seus laços com a Grã-Bretanha e, ao mesmo tempo, de confronto com os EUA. A Argentina continuava voltada para a Europa e procurava fortalecer o papel da Liga das Nações em detrimento dos organismos regionais, onde os EUA desfrutavam de amplo domínio. O governo argentino opunha-se a política de boa vizinhança. Outro ponto importante de atrito entre os dois países consistia nas barreiras comerciais impostas pelos EUA as carnes da Argentina. Estas barreiras estreitavam as opções de política externa do governo Justo. Os esforços de aproximação com outros países da região também respondiam a necessidade argentina de ampliar a influência e articular alianças regionais em virtude das tensas relações com os EUA. Tensões aprofundadas pela sistemática oposição argentina as iniciativas norte-americanas nas conferências continentais, em especial na mediação da guerra do Chaco (1932-1935). Esta postura também fazia parte da política de transformar a Argentina em uma potência regional. Nesse aspecto, disputava espaço com o Brasil, apesar do incremento dos laços comerciais. A rivalidade entre ambos e a pretensão de se tornarem potências regionais condicionaram a política dos dois países. (ESCUDE, 1983).

Contudo, a gravidade da situação, os desdobramentos da crise e as transformações em curso na Argentina forçaram o governo Justo a realizar ajustes de monta em sua política. Em meados de 1933, Frederico Pinedo foi nomeado ministro da Fazenda. Segundo Jorge (1975), a sua nomeação expressou o redimensionamento do projeto das classes dominantes no sentido de abarcar certos setores da burguesia industrial ligados a indústria de bens de consumo não duráveis. Entretanto, esse redimensionamento do projeto nacional da coligação conservadora não significava adesão a uma proposta de abrangente industrialização. Representava muito mais a adaptação do velho projeto a nova situação interna e internacional ante a cada vez mais minguada perspectiva de retorno a ordem internacional liberal.

Pinedo lançou o *Plan de Acción Económica Nacional*, visando à recuperação da economia. O plano representou, em muitos aspectos, uma ruptura com a ortodoxia. Os juros foram reduzidos paulatinamente, o que estimulou a retomada dos investimentos. O Estado passou a ter uma ação mais ampla na economia. Foram criados, como no Brasil e em muitos outros países, diversos organismos de fomento e regulação de setores específicos da economia, sendo os principais deles a Junta Nacional de Carnes e a Junta Nacional de Grãos. Como uma das decorrências do acordo Roca-Runciman e para evitar o acúmulo de novos arrasados comerciais, Pinedo alterou o controle de câmbio com a introdução de um sistema de duas

categorias, o mercado oficial e o livre. Também introduziu o controle das importações no primeiro mercado, o que estimulou a substituição de importações. A nova política de cambial ao estabelecer um diferencial entre as taxas de compra e venda de cambias pelo governo propiciou ganhos de receita que foram utilizados no financiamento de obras públicas, em especial na ampliação do sistema rodoviário, e da compra de colheitas pela Junta Nacional de Grãos. Medidas que contribuíram para a retomada do crescimento. A nova política cambial discriminava os EUA, pois as importações provenientes desse país eram negociadas no mercado livre, o que aprofundou os atritos entre ambos os países. A política comercial foi alterada, buscou-se diversificar mercados com base em acordos bilaterais, mas sem um questionamento das relações com a Grã-Bretanha. Tanto é que o acordo de 1933 seria ratificado em 1936 em condições ainda mais desfavoráveis a Argentina. Também enviou ao congresso uma proposta de criação do Banco Central (RAPOPORT, 2000).

A política econômica adotada por Pinedo estimulou a retomada da atividade econômica na Argentina, que foi consolidada no ano seguinte com a recuperação dos preços dos produtos primários no mercado mundial. Também foi relevante o processo de industrialização via substituição de importações. O aumento dos impostos alfandegários, a introdução de taxas múltiplas de câmbio e os controles de importações ao fecharem a economia estimularam o desenvolvimento da indústria, que cresceu a despeito da inexistência de uma política intencionalmente voltada para a industrialização. A agricultura, como no Brasil, também passou por um processo de diversificação, ampliando-se a produção para o mercado interno. A partir de 1934 as economias argentina e brasileira estavam em franco crescimento, estimuladas por políticas expansivas.

Entretanto, as políticas econômicas dos dois países diferiam em muitos aspectos, além dos já assinalados. Diferença importante pode ser observada na política tarifária. No Brasil, a reforma tarifária de 1934 tinha caráter protecionista, embora o objetivo de ampliar a arrecadação também tenha pesado em sua adoção (LEOPOLDI, 2000). A política tarifária na Argentina estava em consonância com o projeto da coligação conservadora. O incremento das tarifas em 1930 e 1932 não tinha por objetivo proteger o setor industrial, mas sim melhorar a arrecadação pública. Como a política tarifária brasileira, a Argentina não estabelecia nenhum critério de seletividade que beneficiasse as importações de bens de capitais e intermediários. Contudo, taxava com impostos mais altos os insumos industriais que os bens acabados, o que foi denominado de “*proteccionismo al revés*” ao dificultar o desenvolvimento das indústrias consideradas artificiais (RAPOPORT, 2000).

Outra diferença importante pode também ser observada no tratamento dispensado a dívida externa. A Argentina em nenhum momento suspendeu o pagamento de suas dívidas,

caso raro na América Latina no período. Manteve seus compromissos externos, apesar das crescentes dificuldades em pagá-los. Enquanto isso, o Brasil decretou moratória em 1931, assinou um acordo provisório em 1934 e nova moratória de 1937. A Argentina ao manter os pagamentos da dívida externa, que correspondiam à parte nada desprezível dos saldos positivos da balança comercial, como um dos pilares de sua política reduziu, provavelmente, o volume de recursos disponível para incrementar a importação de bens de capital, vitais para garantir a expansão da indústria. Além disso, o acordo Roca – Runciman estabelecia que as divisas obtidas pelas exportações argentinas para a Inglaterra deveriam ser gastas neste mesmo país no pagamento da dívida externa e na compra de produtos ingleses, o que dificultava as importações dos EUA.

Neste contexto, a política contraditória dos EUA em relação à Argentina, que desde os anos 1920 fechavam seu mercado para os produtos argentinos, ao mesmo tempo em que pressionavam contra o tratamento privilegiado dado aos ingleses, também contribuiu para este encaminhamento. Dessa maneira, se fecharam espaços para a busca de saídas alternativas. Nessa situação, a Argentina encontraria enormes dificuldades para enfrentar o crucial problema de financiamento externo da industrialização, embora vários aspectos da política econômica adotada a partir de 1933 terem estimulado o setor industrial. Contudo, o ponto central parece residir no caráter do projeto nacional da coligação conservadora, que não contemplava um abrangente processo de industrialização. O conjunto da política econômica reflete essa perspectiva. As dificuldades acerca deste problema não podem ser atribuídas a questões institucionais, pois uma das principais iniciativas de Pinedo foi a criação do banco central, que teria grande poder de regulamentação da economia e poderia ter atuado de maneira ampla na criação de mecanismos internos de financiamento da industrialização ao invés de se preocupar em demasia com a estabilidade da economia ao longo do ciclo.

O Banco Central ocupou o centro do palco no que se refere à condução da política econômica. O banco desempenhou importante papel no saneamento do sistema bancário argentino. O banco foi concebido para desempenhar um papel anticíclico, absorvendo fundos nos momentos de abundância de liquidez e crescimento econômico para moderar a ascensão da economia e ampliando a liquidez nos momentos de retração da atividade. De 1935 a 1938, quando o crescimento foi retomado, o Banco adotou uma política de redução da liquidez. Talvez esta política tenha sido uma das causas do relativamente modesto crescimento neste período. A política mudaria de sentido com a deterioração da situação econômica a partir de 1938.

A Argentina que manteve o pagamento da dívida externa, adotou uma política ortodoxa pelo menos até 1933 e não ficou tão alijada dos fluxos internacionais de capital como o Brasil

creceu menos. Na fase de recuperação da economia (1932- 1937) o Brasil cresceu 7,5 e a Argentina 5% (RAOPOPORT, 2000: 236). Para o período 1928-1939, o PIB brasileiro cresceu 3,7% ao ano e o argentino 1,8%. Neste período, a produção industrial brasileira cresceu a taxa média anual de 5%, enquanto na Argentina o setor cresceu em média por ano 3,2% (ABREU, 1999). Entre 1929 e 1939 a Argentina cresceu 14,5% e o Brasil 36%, a Colômbia 44,6%; a Venezuela 42,% e o México, 25,6% (GERCHUNOFF, 2009: 184).

3- O projeto de desenvolvimento de Vargas e o Plano Pinedo

No Estado Novo o projeto nacional de desenvolvimento ganhou consistência. O governo Vargas adotou uma postura mais dura em relação ao capital estrangeiro. A declaração da moratória da dívida externa e a reintrodução do controle do câmbio foram medidas emblemáticas da nova postura. Essas medidas, apesar de decorrerem fundamentalmente da crise cambial do segundo semestre daquele ano, buscavam subordinar os pagamentos externos à manutenção do crescimento da economia brasileira, como Vargas assinalou em discursos. Especialmente importante era a necessidade de garantir um nível elevado de importações de bens de capital, necessários para a continuidade da industrialização, pois a capacidade ociosa, que foi central na recuperação e crescimento da produção industrial no início da década, tinha se esgotado e se colocava a necessidade de incrementar os investimentos.² Postura bem distinta da do governo argentino, que também diante de graves problemas nas contas externas, manteve o pagamento da dívida em uma fase em que o avanço da industrialização dependia do aumento das importações de bens de capital, que estavam estancadas na Argentina. (CORSI, 2000).

O retorno ao controle de câmbio complementava a moratória, pois visava à redução da saída de recursos para o exterior, necessária a obtenção do equilíbrio na balança de pagamentos. Visava também garantir a manutenção do patamar das importações. Não é fortuito que os níveis de importação de bens de capital se mantivessem estáveis em 1938 e 1939 em um contexto de aguda crise cambial e queda das importações, o que significou a redução de outros itens considerados menos essenciais da pauta de importações, apesar da legislação não estabelecer critérios que privilegiassem as importações de bens de capital. Os interesses estrangeiros ficaram em último lugar nos critérios de dispêndio de divisas. A nova política

² Entre 1936 e 1937, as importações de máquinas e ferramentas cresceram de cerca de 3,5 milhões de libras para cerca de 5,5 milhões; as de aço e ferro manufaturado de 1,9 para 2,9 milhões de libras. Foram os itens da pauta de importações que mais cresceram. Para os anos de 1938 e 1939, embora existam divergências em relação aos dados, Abreu (1986: 38) e Malan (1977: 138-141) assinalam que o nível de importações se manteve relativamente estável. Nesses dois anos, as importações de bens de capital ficaram em torno de 1.400 milhões de cruzeiros (cerca de 30% do volume total). A relativa estabilidade das importações de bens de capital, em um período de crise cambial, só foi possível, provavelmente, graças à moratória da dívida externa. A manutenção de importações de cerca de 60 milhões de libras, em 1938 e 1939, dificilmente teria sido possível se não fosse a moratória. Como afirma Abreu (1986: 38): “*Embora o nível das importações tenha caído em 1938-1939, o de importações de bens de capital se manteve, resultados que foram viabilizados pela suspensão dos pagamentos da dívida*”.

cambial também estabeleceu um imposto de 3% sobre as operações cambiais, cujo objetivo era a formação de um fundo de investimento para projetos do governo. Este fundo seria a principal fonte de recursos da primeira tentativa de planejamento mais amplo da economia brasileira por meio do Plano Especial de Obras Públicas e Reparcelamento Nacional de 1939 (CORSI, 2000). Experiências de planejamento, mesmo que toscas como a brasileira, não são encontradas na Argentina no período.

Neste país, diante do agravamento da situação das contas externas, decorrente da recessão internacional iniciada em 1937, o governo enrijeceu o controle de cambio com o propósito de reduzir as importações. O câmbio oficial foi desvalorizado. A emissão de permissões prévias para importações tornou-se mais rigorosa. As importações realizadas no mercado livre passaram também a depender de permissões prévias. Este enrijecimento foi considerado essencial para compensar as políticas monetária e creditícia expansivas adotadas para combater a recessão, pois o Banco Central temia que a manutenção do nível de atividade econômica pressionasse as importações e agudizasse a crise no balanço de pagamentos. O enrijecimento do controle de importações permitiu, dessa forma, compatibilizar a política anticíclica com o equilíbrio das contas externas. A política fiscal também foi expansiva. Esperava-se que essas medidas ao dificultarem as importações estimulassem a produção industrial, compensando a queda da atividade no setor exportador. Esta política difere substantivamente da implementada por Uriburu no início da década de 1930, quando uma política de cunho ortodoxo agravou a crise, o que sugere que o governo buscava imprimir novo rumo a economia. Porém, as medidas adotadas não podem ser consideradas como uma clara política industrializante, embora a substituição de importações tenha sido estimulada (RAPOPORT, 2000).

No Brasil, Vargas Também radicalizou sua postura nacionalista ao estabelecer na Constituição outorgada de 1937 a nacionalização dos recursos naturais e de setores considerados estratégicos para a economia e a segurança nacional, aprofundando os dispositivos constantes nos Códigos de Água e Minas de 1934. Os bancos de depósito e as companhias de seguros também deveriam ser progressivamente nacionalizados. Embora boa parte dessa legislação não tenha saído do papel ou tenha sido flexibilizada nos anos que se seguiram, a criação do Conselho Nacional do Petróleo (1938) e do Conselho de Águas e Energia (1939), com o objetivo, entre outros pontos, de implantar essas determinações, indica que o governo estava disposto, em alguma medida, a dar novo tratamento a questões consideradas estratégicas, essenciais para definir os rumos do desenvolvimento.

A partir de 1937 se observa certo afastamento em relação aos EUA. A assinatura de um grande acordo de fornecimento de armas com a empresa alemã Krupp, em 1938, indica o

quanto o Brasil se aproximava da Alemanha naquela conjuntura. Porém, é na intensificação do comércio bilateral com este país que reside o aspecto mais importante desse processo. Para o governo era vital assegurar a colocação para os produtos brasileiros que não encontravam mercados. Este era o caso do algodão, cujas exportações para a Alemanha cresceram substantivamente no período, chocando-se com os interesses dos EUA. Além disso, a Alemanha era fonte importante de bens de capital e armas (WIRTH, 1973). Ao mesmo tempo, ganhou peso à ideia de o Brasil tornar-se uma potência regional, embora o principal formulador dessa proposição, Osvaldo Aranha, advogasse amplo alinhamento aos EUA, contrariando os rumos que a política externa estava tomando naquele momento (CORSI, 2000).

Em consonância com essas políticas, Vargas, em fevereiro de 1938, apresentou as linhas mestras de seu programa econômico: criação da indústria de base, em particular da grande siderurgia; nacionalização das jazidas minerais, quedas d'água e outras fontes de energia; nacionalização dos bancos e das companhias de seguros estrangeiros; elaboração de um plano “geral e único, conjugando as redes ferroviárias, de navegação, as rodovias e as linhas aéreas”, com vistas a uma substancial expansão dos transportes; implantação do salário mínimo, visando complementar a legislação trabalhista; elaboração de políticas visando incrementar a produção do carvão nacional; elaboração de políticas com o objetivo de diversificar as exportações e a elaboração de um plano de desenvolvimento do vale do rio São Francisco. Esse programa, segundo Vargas, exigiria para ser levado a cabo um Estado forte, que tivesse abrangente papel na economia (CORSI, 2000).

A execução desse projeto enfrentava obstáculos consideráveis. O insuficiente desenvolvimento industrial tornava imprescindível incrementar as importações de máquinas e equipamentos em um contexto de baixa capacidade para importar. O clima de acirramento dos conflitos internacionais e particularmente a disputa com a Argentina, que vinha desenvolvendo um programa de modernização de suas forças militares, colocavam também como prioridade incrementar as importações de armamentos para modernizar as forças armadas. O problema do financiamento externo era, portanto, chave. O financiamento interno da acumulação não era menos problemático. O sistema bancário e o mercado de capitais eram frágeis, incapazes de cumprirem um papel importante no financiamento do desenvolvimento. Além disso, As classes dominantes resistiam em aceitar uma maior ação estatal na economia e a majoração de impostos (FIORI, 1995). Ao longo de todo o período em pauta, a falta de recursos obstaculizou uma ação estatal mais abrangente em prol da industrialização. Neste aspecto, a Argentina tinha melhores condições que o Brasil. Seu sistema bancário e seu mercado de capitais eram mais robustos. Ao longo do período em pauta, o Estado argentino conseguiu, em parte, financiar seus gastos colocando em larga escala títulos da dívida pública no mercado

financeiro. Além do mais, dispunha de um banco central. Contudo, a maior capacidade de mobilizar recursos e a existência de um arcabouço institucional muito mais sofisticado não se traduziu em avanço neste aspecto. O projeto da coligação conservadora não contemplava uma política insdustrializante (GERCHUNOFF e LLACH, 2005).

Vargas buscou contornar a situação utilizando a política fiscal como instrumento de desenvolvimento. A utilização de fundos paralelos (Plano de Obras e Equipamentos, Orçamento de Guerra, imposto específico sobre combustíveis e lubrificantes etc.) e de entidades de administração descentralizada, que muitas vezes tinham fontes próprias de receitas, para financiar o gasto público, minorou a carência de recursos, mas não resolveu o problema do financiamento do setor estatal (SZMRECSÁNYI e COUTINHO, 1987).

Diante da adversa situação internacional, Vargas passou de maneira crescente a apostar na possibilidade de enfrentar esses obstáculos por meio da mobilização do capital nacional (CORSI, 2000). O governo procurou articular um esquema de financiamento interno, baseado no seguinte: 1- criação da carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, 2- flexibilização da legislação referente à aplicação dos recursos dos institutos de aposentadoria, permitindo que fossem empregados no financiamento de investimentos com garantia hipotecária; 3- implantação do Plano Especial de Obras Públicas, que contava como fonte principal de financiamento com os recursos advindos da introdução de um imposto sobre as operações cambiais.

Esse conjunto de medidas denota que, entre 1937 e 1939, Vargas passou a apostar na possibilidade de um desenvolvimento mais autônomo. Isto, porém, não significava de maneira alguma qualquer forma de autarquia ou exclusão do capital estrangeiro, que era considerado importante para o crescimento do país. Ao mesmo tempo em que adotava uma série de medidas nacionalistas, buscou atrair empresas estrangeiras para levar a cabo o projeto da grande siderurgia. O capital estrangeiro seria bem vindo desde que respeitasse as leis brasileiras e contribuísse para o desenvolvimento do país. O enfrentamento da questão do financiamento externo parecia implicar em uma aproximação em relação à Alemanha, pois este país parecia disposto a trocar, por meio de acordos bilaterais de compensação, bens de produção e armas por matérias-primas (CORSI, 2000).

Entretanto, depois de oscilar entre Alemanha e EUA, mantendo uma postura de “equidistância pragmática”, superando as divisões no interior do Estado e das classes dominantes quanto às alianças externas (MOURA, 1980), Vargas, em um contexto de fragilização da posição brasileira devido ao início da guerra, optou pela aproximação em relação aos EUA. Apesar de seus resultados pífios, Vargas decidiu seguir o caminho aberto pela Missão Aranha, apostando na possibilidade dos EUA financiarem nosso desenvolvimento

e readequou seu projeto de desenvolvimento a nova situação. Vargas viu nos acordos assinados por Aranha uma possibilidade, mesmo que vaga, de superar o impasse em que se encontrava essa questão. Na Argentina, a coligação conservadora buscou adaptar seu projeto a nova situação, sem ferir os interesses dos setores exportadores. Este encaminhamento condicionou a política econômica e a política externa, que não estavam voltadas, como no Brasil, para garantir um avanço da industrialização. Vargas utilizaria a política externa para fomentar o desenvolvimento.

Teve início assim o alinhamento do Brasil aos EUA. De forma não linear, esse processo culminaria, em agosto de 1942, com a entrada do Brasil no conflito ao lado dos Aliados. A obtenção de financiamento norte-americano para instalação da grande siderurgia e o incremento das relações militares marcaram os primeiros passos desse processo de alinhamento. Um dos eixos da política externa foi à obtenção de armamentos, de créditos e bens de capital. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional, projeto considerado estratégico e que foi viabilizado a partir de financiamento norte-americano, ocupou o centro desse processo. A Constituição da Cia Vale do Rio do Doce também foi outro projeto importante que contou com aporte de recursos externos. A partir de 1941 foram assinados uma série de acordos comerciais com os EUA acerca do fornecimento de matérias-primas estratégicas para o esforço de guerra. Também foram assinados acordos de fornecimentos de armas, que transformaram o exército brasileiro no mais bem equipado da América do Sul, rompendo com o equilíbrio de forças regional a favor do Brasil. A Argentina reagiu a sua exclusão do *Lend Lease* buscando fornecimento de armas junto a países do eixo e incrementando a produção interna por meio da criação da Direção Geral de Fabricação Militar. Os militares argentinos passaram a defender a expansão das indústrias ligadas à segurança nacional. Rapidamente tomaram consciência da importância do desenvolvimento industrial em geral, o que teria desdobramentos na formulação de um projeto de desenvolvimento nacional calcado na indústria alguns anos depois.

Também tomou corpo à ideia de um desenvolvimento integrado ao capital estrangeiro, mas que não comprometeria a soberania nacional. Vargas esperava que se estabelecesse um considerável fluxo de capitais norte-americanos para o Brasil, capaz de contribuir substancialmente para o seu desenvolvimento. Mas Vargas tinha uma interpretação peculiar da aliança com os EUA. Vargas procurava colocar-se como “aliado especial dos EUA” (MOURA, 1980). Além de contar com créditos norte-americanos, essa postura implicaria no apoio dos EUA a pretensão brasileira de firmar-se como potência regional na América do Sul. Índícios dessa evolução foram à organização de uma força expedicionária para atuar diretamente no conflito mundial e a frustrada tentativa de obter um acento permanente no Conselho de

Segurança da ONU, quando de sua criação em 1945. Contudo, o governo Roosevelt via o Brasil fundamentalmente como um país subordinado (CORSI, 2000).

Enquanto o Brasil alinhava-se com os EUA, a Argentina manteve a sua velha aliança com a Inglaterra e a sua postura de neutralidade em relação ao conflito mundial. A Argentina demoraria a definir uma política industrializante e uma nova estratégia de inserção na economia mundial. Isso só viria a ocorrer com Perón. Todavia, se discutia no parlamento, na imprensa e nas associações de classe os rumos da economia. No início dos anos 1940, os debates centraram-se em torno do Plano de Reativação Econômica, o chamado Plano Pinedo, apresentado, em 1940, por Frederico Pinedo, então de volta ao Ministro da Fazenda do governo Ramón S. Castillo (LLACH, 1984. Os próximos parágrafos baseiam-se nesta obra).

O Plano Pinedo foi uma tentativa de adequar a economia argentina à nova situação da economia mundial e, ao mesmo tempo, responder às mudanças em curso na própria Argentina. As principais medidas propostas eram as seguintes: 1- Estimular o setor da construção civil; 2- Instituição da compra das colheitas pelo Estado como forma de garantir preço mínimo para os produtos agrícolas; 3- Estimular o crescimento da indústria.

Embora Pinedo não questionasse o papel central do setor exportador para a Argentina, ele advogava a necessidade do desenvolvimento da indústria, das finanças e dos serviços para o equilíbrio geral da economia. A proposta era desenvolver apenas as indústrias consideradas "naturais". Ou seja, aquelas indústrias que elaboravam matérias primas nacionais (carne, lã, milho, leite, algodão, madeira, zinco, cal, cimento etc.) e que possuíssem eficiência para competir no mercado externo. Pinedo considerava que o mercado interno argentino não era suficientemente amplo para sustentar um abrangente processo de industrialização baseado na substituição de importações. Por isso buscava definir uma estratégia de desenvolvimento baseada nas vantagens comparativas da Argentina. Era uma estratégia de industrialização voltada para as exportações.

O plano propunha uma industrialização relativamente limitada. Uma das ideias centrais do plano era redirecionar a economia argentina para EUA. O plano apontava para a necessidade de diversificar as exportações e incrementar o seu valor agregado. Só assim seria possível sustentar o desenvolvimento calcado nas exportações. A Argentina não poderia mais depender da Grã-Bretanha. Com o avanço da industrialização seria necessário incrementar as importações de bens de capital e uma forma de financiá-las seria pela obtenção de superávits no comércio com os norte-americanos. Contudo, os defensores do plano pareciam menosprezar a falta de complementaridade com a economia norte-americana, que poderia inviabilizar a estratégia sugerida.

O Estado teria uma função chave no financiamento do desenvolvimento, mobilizando e

direcionando o crédito público e privado para os setores considerados prioritários, em especial para a indústria. Mas o plano não contemplava uma ação mais direta do Estado na economia. A diferença com a política seguida no Brasil neste ponto é acentuada.

O Plano favorecia sobretudo os interesses dos setores oligopolizados da burguesia urbana, composto por poucos grandes grupos econômicos que tinham se originado na atividade exportadora, mas que vinham diversificando suas atividades em direção aos setores industriais, sobretudo vinculados a elaboração de matérias-primas nacionais. Grupos como *Bunge&Born*, *Tornquist*, *Bemberg* e *Braun Menéndez*. Para estes grupos uma aproximação à economia norte-americana poderia significar uma saída para a crise do modelo agrário-exportador, à medida que o mercado dos EUA absorvesse os excedentes exportáveis. O Plano também favoreceria empresas estrangeiras que atuavam no país (ETULAIN, 1991).

No compito geral, as resistências ao plano nos setores dominantes eram fortes. O Plano de reativação Econômica não foi aprovado no Congresso, apesar do apoio dos industriais. Isto denota a incapacidade da oligarquia diversificada impor sua hegemonia e determinar os rumos da política econômica. Assim, morreu uma tentativa que poderia ter sido uma alternativa ao modelo de industrialização via substituição de importações. O Plano Pinedo estava, em certo sentido, deslocado de seu contexto histórico, pois defendia como estratégia de desenvolvimento voltada para diversificação e o incremento das exportações em um momento de relativa desarticulação da economia mundial. Mesmo no período que se seguiu ao fim da II Guerra, o crescimento econômico esteve calcado no mercado interno. Só mais tarde seriam abertas possibilidades para estratégias de desenvolvimento que enfatizavam as exportações.

A questão da industrialização não morreu na Argentina. Nos anos finais da II Guerra, em largos traços, três projetos estavam em choque naquele momento. O projeto dos pecuaristas, que defendiam uma Argentina agrário-exportadora e se opunham a qualquer desenvolvimento industrial. O projeto da oligarquia diversificada, dos invernistas, do capital financeiro, do capital estrangeiro que atuava no setor industrial e de parcela da burguesia industrial, que concebia a exportação de produtos agropecuários e de matérias-primas processadas industrialmente como o eixo da economia argentina. Este projeto também admitia a necessidade do desenvolvimento de certos setores da indústria voltados para o mercado interno, da construção civil, do comércio, dos serviços e do setor financeiro. Nesse período, articulou-se outro projeto em torno dos militares, que propunha uma industrialização mais ampla e voltada para o mercado interno por meio do aprofundamento do processo de substituição de importações, o que incluía o desenvolvimento da produção de insumos, como petróleo e aço, e de bens de capital. O Estado teria papel fundamental nesse processo. Esse projeto tinha suas raízes na ideologia nacionalista, que avançou desde 1930, e nas necessidades

de armas das forças armadas, sobretudo depois que elas se viram alijadas dos fornecimentos norte-americanos e diante do fortalecimento do exército brasileiro.

Enquanto isso, no Brasil o projeto de desenvolvimento ganhava densidade. Entre outros aspectos, de fundamental importância foi a formação de fundos para o reequipamento e a modernização do setor produtivo e da infraestrutura. Estritamente vinculada a essa questão estava a renegociação da dívida externa, que culminou no acordo de 1943 que estipulava redução dos pagamentos; a adoção de controles de importação e a formação de fundos a partir da introdução imposto sobre os lucros extraordinários, medida que também estava relacionada ao combate à inflação. De grande relevância foi a Instrução Interministerial nº 7. O objetivo era claro: resguardar as reservas acumuladas durante o período de guerra e utilizá-las preferencialmente no reaparelhamento do parque industrial e da infraestrutura (CORSI, 2000).

Enquanto isso, a Argentina, com a melhora na balança comercial em virtude da forte elevação das exportações e contração das importações, o que também ocorreu de forma semelhante no Brasil, relaxou os controles de câmbio, que tinham se tornado mais rígidos em fins de 1937. Cabe observar que na Argentina não se verifica a preocupação com a formação de fundos de investimentos, com o estabelecimento de controle de importação e com a criação de um arcabouço institucional capaz de regular o uso das reservas e dos fundos de investimento, visando garantir que as reservas acumuladas durante a guerra fossem utilizadas na modernização da indústria e da infraestrutura no pós-guerra (RAPOPORT, 2000). Nesse aspecto, a diferença com a política econômica Vargas é sensível.

A diferença também é visível na questão do combate à inflação. Enquanto a Argentina privilegiou medidas para conter o gasto público e enxugar a liquidez, embora também tenha empregado o controle de preços e o racionamento, o governo Vargas privilegiou o controle de preços, o racionamento, o combate aos carteis e aos trustes - o que velou a promulgação da Lei Malaia - e o incremento da oferta, para o qual os fundos de investimentos eram considerados essenciais, apesar de ter, sem muito sucesso, tentado conter o gasto público e enxugar a liquidez. Paralelamente a essas medidas, Vargas aprofundou o discurso nacionalista.

4- Considerações finais

Enfim, Vargas achava ser possível industrializar o Brasil, mudar sua inserção na economia mundial, garantir a soberania nacional e conseguir um papel de destaque na América Latina, contando para tanto com o financiamento externo e forte apoio político norte-americano. Com essas metas, o projeto de Vargas encontrou crescente dificuldade para se concretizar em um contexto em que os EUA firmavam-se como superpotência. A Argentina no tocante a definição de uma política industrializante saiu atrás do Brasil. Esse atraso relativo

deveu-se, em parte, as políticas da coligação conservadora. No período em pauta, não havia espaço para estratégias de desenvolvimento calcadas nas exportações. O bom desempenho econômico de vários países que vinham se desenvolvendo com base no mercado interno e ampla ação estatal na economia indicava que esta seria a estratégia mais plausível de desenvolvimento. A Argentina alinhou-se a essa tendência a partir do golpe de 1943 e da vitória de Perón.

5- Bibliografia

ABREU, Marcelo P. Brasil e a economia mundial. In: FAUSTO, Boris (org.). 2^a ed. *História geral da civilização brasileira*, t. III, v. 4. São Paulo: Difel, 1986, p. 10-49.

_____. *O Brasil e a economia mundial (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

AURELIANO, Liana M. L. *No limiar da industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BASTOS, Pedro Z. A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil, 1890-1954. Tese de Doutorado. Campinas, IE-UNICAMP, 2001.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Global, 1985.

_____. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2000.

CORSI, Francisco. L. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: EDUNESP, 2000.

ESCUDE, Carlos. *Gran Bretaña, Estados Unidos y la declinación argentina (1942-1949)*. Buenos Aires: Belgrano, 1983.

ETULAIN, Carlos. Intervenção do Estado, economia e petróleo: um estudo sobre liberalismo e nacionalismo na Argentina. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE-UNICAMP, 1991.

FAUSTO, Boris. Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945). *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 20, p. 6-37, 1988.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. J. *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

FIORI, Jose. L. *Em busca do dissenso perdido. Ensaio crítico sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FODOR, J. G. e O' CONNELL, A. La Argentina y la economía atlántica en la primera mitad del siglo XX. *Desarrollo Económico*. Buenos Aires, v.13, n. 49, p. 3-65, 1973.

FONSECA, Pedro C. D. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 18 ed. São Paulo, Nacional, 1982.

GERCHUNOFF, Pablo e LLACH, Lucas. *El ciclo de la ilusión y el desencanto*. Buenos Aires: Ariel, 2005.

_____ Circulando no labirinto: a economia argentina entre a depressão e a guerra, 1929-1939. In: LIMINCIC, F. e MARTINHO, F. C. P. (orgs.) *A grande depressão. Política e economia na década de 1930 – Europa, Américas, África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 171-195.

HILTON, E. *O Brasil e as grandes potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

JORGE, Eduardo. *Industria y concentración económica*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.

LEOPOLDI, Maria A. *Política e interesse na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LLACH, Juan. J. – El Plan Pinedo de 1940, su significado histórico y los orígenes de la economía política del peronismo. *Desarrollo Económico*. Buenos Aires, v. 23, n. 92, p. 515-556, 1984.

MALAN, Pedro et.al. *Política econômica externa e industrialização no Brasil: 1939-1952*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira (1935-1942)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. L. e DELGADO, L. A. N. (orgs.) *O Brasil republicano. O tempo do nacional estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-37.

ROMERO, Luis A. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

RAPORT, Mario. *Historia económica, política y social dela Argentina, 1880-2003*. Buenos Aries: Ariel, 2000.

SZMRECSÁNYI, T. E COUTINHO, M. C. As finanças públicas no Estado Novo. Campinas, mimeografado, 1987.

VILLANUEVA, J. – El origen de la industrialización argentina. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, nº 47, v.12, n.47, p. 451-475, 1972.

WIRTH, Jhon. *A política de desenvolvimento na era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1973.